



Assembleia da República tem 19 deputados arguidos

Actividade autárquica, antes da chegada ao Parlamento, e as viagens do Euro 2016 fazem a maioria dos casos. PSD e PS são “totalistas”. Há deputados que foram ouvidos em mais do que um processo

Parlamento
Maria Lopes e Sónia Sapage

O equilíbrio era perfeito até ao anúncio de que o caso das viagens ao Europeu de Futebol faria mais duas “baixas”. Entre Outubro de 2015 e Maio de 2018, os serviços do Parlamento contabilizaram um total de 16 deputados arguidos, aos quais teve de ser levantada imunidade parlamentar: oito do PS e oito do PSD. Esta semana, soube-se que o número do lado do PSD crescerá para dez, com Hugo Soares e Luís Campos Ferreira a entrarem para a lista (Luís Montenegro também foi constituído arguido, mas já não está na Assembleia da República desde Abril). Também Rocha Andrade, que à altura dos factos era governante, engrossou entretanto o rol dos socialistas (que subiu para nove). Mais nenhum grupo parlamentar tem arguidos.

Para os 16 deputados inicialmente referidos houve 20 pedidos de levantamento de imunidade para prestação de depoimento na qualidade de arguidos, o que significa que alguns deles (no caso, Carlos Pereira e Joana Lima, ambos do PS) foram ou serão ouvidos em mais do que um processo. Também foram concedidas 100 autorizações para prestação de depoimento como testemunhas: sobretudo no PSD e no PS, mas também no Bloco de Esquerda, no PCP e no CDS. Joana Lima, Carlos Pereira, Carla Tavares, Palmira Maciel (todos PS) e Luís Montenegro, Hugo Soares, Isaura Pedro, Maurício Marques e Miguel Santos (todos do PSD) surgem em ambas as listas.

O caso que mais recentemente fez estragos no Parlamento foi o das viagens ao Europeu de Futebol. Os primeiros arguidos estão nessa condição desde Julho de 2017. É o caso do ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do PS, Rocha Andrade. Há um ano, a Procuradoria-Geral da República (PGR) descrevia assim o processo: “Investiga-se o pagamento

pela Galp Energia SA de viagens, refeições e bilhetes para diversos jogos da selecção nacional no Campeonato Europeu de Futebol de 2016”.

A PGR acrescentava que estavam em causa “factos susceptíveis de integrarem a prática de crimes de recebimento indevido de vantagem, previstos na Lei dos Crimes de Responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos”. Um mês depois, o “Galp-gate” estendia-se ao PSD e apanhava o deputado Cristóvão Norte, que também havia viajado para França.

Já Luís Montenegro, Hugo Soares e Luís Campos Ferreira, sobre quem o *Observador* escreveu, logo em 2016, que tinham viajado para França a convite do empresário Joaquim Oliveira, explicaram na altura, em comunicado, que assumiram “por sua conta os custos das respectivas deslocações”. Luís Montenegro, antigo líder parlamentar do PSD, chegou a mostrar ao *Expresso* uma factura em seu nome emitida pela Cosmos Viagens (do grupo de Joaquim Oliveira), na qual não era possível ver a data. Perante as dúvidas, o Ministério Público constituiu-o arguido, a ele e aos outros dois deputados sociais-democratas.

Aventuras nas autarquias

O poder local é outra das áreas que originaram mais arguidos na AR. João Gouveia, Carla Tavares, Isaura Pedro, Rui Silva, Joana Lima, Hugo Pires, Palmira Maciel e Luís Soares estão a contas com a justiça por causa da sua passagem por autarquias portuguesas.

Um dos processos da ex-presidente da Câmara da Trofa Joana Lima, que, segundo os dados dos serviços do Parlamento já foi alvo de seis pedidos de levantamento da imunidade (quatro na condição de arguida e dois na de testemunha), remonta a factos ocorridos em 2012. A autarca foi acusada de ter pago despesas em hotéis e restaurantes de luxo com cartões de crédito da autarquia ou de empresas municipais e de cobrar ajudas de custo. “A arguida aproveitou-se das



Os deputados gozam de imunidade que pode, contudo, ser levantada pelo Parlamento

funções de presidente da Câmara da Trofa” para receber mais de 1500 euros em ajudas de custo, mesmo sabendo “que tais deslocações não implicaram para si qualquer gasto”, indica o despacho de acusação recentemente citado pelo *Observador*.

O processo que envolve Hugo Pires, parlamentar e secretário nacional do PS com o pelouro da Organização, e Palmira Maciel, deputada do partido, é o mesmo: “as Convertidas”. Em Fevereiro e Março de 2016, respectivamente, os dois socialistas foram constituídos arguidos no caso da expropriação dos terrenos anexos ao convento das Convertidas, em Braga, um negócio que – alegam os investigadores – terá favorecido a filha e o genro do ex-autarca Mesquita Machado. Os deputados eram ambos vereadores na Câmara de Braga e terão participado numa votação, a 23 de Maio de 2013, relacionada com o negócio.

Mais um exemplo autárquico. Rui Silva, o deputado do PSD que faltou à votação da eutanásia por estar na China, é arguido, por práticas irregulares enquanto vereador da Educação na Câmara de Vila Verde. Sobre as suspeitas de corrupção passiva, participação económica em negócio, abuso de poder e favorecimento, que recaíram sobre o executivo camarário a propósito do concurso para aumento de capital de uma escola profissional, fonte próxima do ex-autarca disse ao jornal *O Minho* que o deputado está de “consciência tranquila”.

Casos eleitorais

As histórias de Cristóvão Crespo e de Maurício Marques são parecidas, com a diferença de uma se ter passado em Coimbra e outra em Portalegre. Em ambos os casos, os deputados terão realizado eventos partidários ou de campanha em espaços públicos, cedidos gratuitamente, o que não é permitido.

Maurício Marques, líder do PSD-Coimbra, vai responder pela realização de dois eventos (um da JSD e uma convenção autárquica do PSD) em espaços do município sem que tivesse havido lugar a qualquer pagamento. Cristóvão Crespo, da distrital de Portalegre, terá usado indevidamente a Quinta da Saúde para iniciativas idênticas. Foi a Entidade das Contas e do Financiamento dos Partidos que detectou as irregularidades que, aliás, se replicaram pelo país, fazendo arguidos também nas autarquias.

“É uma prática corrente em todos os municípios, ou na grande maioria deles, disponibilizarem as suas instalações para a realização de eventos partidários. Normalmente fazem-no a título gratuito, até porque os partidos não têm espaços para a realização de algumas sessões partidárias e servem-se do património público para a realização de tais eventos”, disse Maurício Marques, que foi pre-



Simplificar tira poder

Maria Manuel Leitão Marques

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa



Outro bloco central

Os 19 deputados que hoje se encontram na condição de arguidos pertencem exclusivamente aos dois maiores partidos portugueses, que se têm sucedido na chefia dos governos de génese parlamentar.

PS

Fernando Rocha Andrade,
Hugo Pires
Carlos Pereira,
Joana Lima
Carla Tavares
Palmira Maciel
João Gouveia
Luís Soares
Pedro Delgado Alves

PSD

Hugo Soares
Luís Campos Ferreira
Isaura Pedro
Maurício Marques
Miguel Santos
Cristóvão Norte
Cristóvão Crespo
Rui Silva
Germana Rocha
José Carlos Barros

Leis deverão passar a ter nota justificativa sobre riscos de corrupção

Leonete Botelho

O presidente do Tribunal de Contas, que por inerência preside também ao Conselho de Prevenção da Corrupção, levava um desafio muito concreto aos governantes e altos funcionários que se reuniram ontem na Presidência do Conselho de Ministros: criar uma “checklist” para avaliar se cada diploma legislativo aprovado pelo Governo passava no teste da prevenção de crimes como conflitos de interesse, fraudes, corrupção e outras infracções conexas.

No seminário *Qualificar o apoio ao Centro do Governo*, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM), Vítor Caldeira foi directo ao assunto e quis ali falar da última recomendação do CPC, precisamente sobre a permeabilidade da lei a riscos de fraude, corrupção e infracções conexas. “É importante que os órgãos legislativos se preocupem com os riscos legais que podem provocar incerteza na elaboração, interpretação e aplicação de cada diploma”, disse, perante uma plateia de meia centena de secretários-gerais de ministérios, directores-gerais e altos funcionários da administração do Estado.

Para assegurar que as iniciativas legislativas, sobretudo das áreas financeiras, acautelam riscos de fraude, corrupção e conflitos de interesses, propôs que as notas justificativas de todos os diplomas legais assumam que essa ponderação foi feita e que se procurou minimizar aqueles riscos. Referiu-se em particular às “leis chave-na-mão”, produzidas muitas vezes em escritórios de advogados cujos outros clientes não se conhecem, aumentando os riscos de conflitos de interesses.

“Os serviços da PCM são peças-chave neste ciclo de ponderação da lei”, disse Vítor Caldeira, propondo um “teste de integridade” a cada diploma que responda a cinco questões essenciais: necessidade, simplicidade, imparcialidade, risco e transparência. A lei é necessária? É clara e não tem aqueles pilares que

dificultam o percurso do cidadão? Os lobbies tentaram influenciar as soluções legais? Foi avaliado o impacto das soluções em termos de fraude e corrupção? Foi calculado o custo/benefício desses riscos e está garantido que se pode prestar contas sobre a lei? Em termos resumidos, um diploma que respondesse a estas cinco questões poderia então ser aprovado e estas explicações deviam constar da sua nota justificativa.

“É uma boa ideia”

“Deixamos o desafio a este centro de poder: por que não aproveitar para lançar um projecto-piloto que faça este teste de integridade aos actos normativos do Governo?”, disse o presidente do Tribunal de Contas. “É uma boa ideia”, respondeu mais tarde o secretário de Estado da PCM.

Tiago Antunes garantiu que a recomendação sobre a permeabilidade da lei já está a ser implementada no centro do Governo e, por outras palavras, falou também dos cinco riscos já identificados na actividade legislativa. Não exactamente pela mesma ordem, mas com idênticas preocupações: a “lei obscura, com zonas cinzentas, que não são facilmente perceptíveis pelos cidadãos”; a “lei platónica”, que não se aplica porque não é regulamentada; o risco da “sel-

va legislativa”, onde é preciso evitar a profusão legislativa e o emaranhado de leis; o “laxismo” que conduz à ignorância dos efeitos da lei; e os riscos de conflitos de interesses na produção legislativa.

Para todos o Governo tem um programa ou medidas preventivas e para a última, em particular, Tiago Antunes adiantou que o Governo está a “limitar ao máximo a contratação externa”, recorrendo sempre que possível ao Centro de Competências Jurídicas criado na PCM.

Duas outras sugestões dadas por uma conselheira da CPC, que também é secretária-geral do Ministério da Economia, foram aceites, ao vivo e em directo, nesta inédita sessão. Na sua dupla função, Maria Ermelinda Carrachás confronta-se muitas vezes com “dilemas complicados” e, por isso, propôs que, por um lado, se acabasse com a proibição de um reformado dar pareceres ao Estado. E, por outro, que se criasse uma plataforma, um fórum, onde todos os secretários-gerais possam, “de forma articulada e livre, trocar ideias” que permitam, por exemplo, dar pareceres “estruturados” sobre as leis.

Outro membro do CPC, Amaral Tomás, tinha enaltecido os méritos da simplificação em matéria de prevenção de riscos – uma intervenção que foi música para os ouvidos da ministra da Presidência, Maria Manuel Leitão Marques, autora dos programas Simplex em várias áreas da administração pública. “Simplificar é complicado e complicar é simples”, disse o conselheiro, dando um exemplo que pôs toda a gente a rir: “Foi quase tão difícil abolir o papel selado como abolir a escravatura: ambas duraram mais ou menos 300 anos”.

“Simplificar tira poder” a pequenos poderes, corroborou a ministra, sublinhando que o Governo tem feito muito nesta matéria, mas esbarra com uma dificuldade quase intransponível: a “importação de leis da UE”, na sua maioria muito complexas e difíceis de perceber.

sidente da Câmara de Penacova, à revista *Sábado*.

Sui generis

Os casos que fizeram arguidos no Parlamento são distintos na sua origem e também têm diferentes níveis de gravidade. Luís Soares, do PS, foi candidato autárquico em Guimarães, nas eleições de 2013, e acabou acusado pelo Ministério Público do crime de candidatura de cidadão inelegível. Por essa altura, o socialista era director executivo da Taipas – Turitermas (uma cooperativa cujo capital era detido, em 94% pelo município), cargo que lhe vedava o acesso a uma candidatura, segundo a lei eleitoral portuguesa.

Menos político é o processo em que o deputado Pedro Delgado Alves, do PS, se viu envolvido. Numa noite de Maio de 2016, uma cantoneira da Câmara de Lisboa foi atingida e atropelada enquanto trabalhava pelo

carro que o socialista conduzia. Tudo aconteceu na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa. O deputado foi constituído arguido dois anos depois.

Na Madeira, Carlos Pereira (PS) viu recentemente arquivado um dos processos em que era arguido: “o genromaravilha”. Esse caso, que o procurador adjunto do Ministério Público junto da Comarca da Madeira, Bruno Pereira Castro, decidiu não fazer seguir para julgamento, diz respeito a um artigo de opinião escrito em 2013, no qual o deputado do PS estabelecia uma relação entre o sucesso de Miguel Tropa, enquanto advogado, com o facto de ser genro de Alberto João Jardim.

São ainda arguidos os socialistas-democratas Germana Rocha e José Carlos Barreto por situações que o PÚBLICO não conseguiu, em tempo útil, confirmar.

sonia.sapage@publico.pt
maria.lopes@publico.pt



Tiago Antunes aceitou desafio

leonete.botelho@publico.pt



Edição Lisboa • Ano XXIX • n.º 10.294 • 1,20€ • Quarta-feira, 27 de Junho de 2018 • Director: David Dinis Adjuntos: Diogo Queiroz de Andrade, Tiago Luz Pedro, Vítor Costa Directora de Arte: Sónia Matos



D. António Marto, o novo cardeal
 "Não podemos deixar a história nas mãos de gente xenófoba"

"Se [o Papa] soubesse que eu era contrário à reforma da Igreja, não me escolheria" p2 a 5

DANIEL ROCHA

Ministério Público já fez 19 deputados arguidos nesta legislatura

Actividade autárquica, exercida antes da chegada ao Parlamento, e viagens do Euro 2016 constituem a maioria dos casos. PSD e PS são "totalistas" nesta legislatura. Há deputados que foram ouvidos em mais do que um processo **Política, 6/7 e Editorial**

Entrevista a Carlos Queiroz
 "A selecção não nasceu na Madeira com Cristiano Ronaldo"

Desporto, 38/39



Já há mais italianos do que espanhóis a viver em Portugal

Depois de abrandar durante a crise, em 2017 a população migrante em Portugal voltou a aumentar, desta vez em 6%. Itália entrou para o top 10 e Espanha saiu **p14**

HOJE Coleção Novela Gráfica IV Vol. 4
Calipso, de Cozey

Por + 10,90€

Tribunal anula adicional do IMI de terrenos para construção

Tribunais arbitrais têm contrariado o fisco. Mas as decisões que favorecem fundos de investimento e um banco ainda não são definitivas **p18/19**

CAMBRIDGE SCHOOL PORTUGAL

Cursos intensivos de verão e ano letivo inscrições abertas

www.cambridge.pt INGLÊS | FRANCÊS | ALEMÃO | PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS